

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA REFORMA DA EP¹ E DO PROEP² SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CEFET-RN E A (RE)INTEGRAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS AO ENSINO MÉDIO

Dante Henrique Moura

Professor do CEFET-RN, Engenheiro Eletricista, Doutor em Educação
dante@cefetrn.br

Recebido em Junho de 2005 e Aceito em setembro/2005

RESUMO

Neste trabalho, através de uma revisão bibliográfica e documental, fazemos um balanço das implicações da reforma da EP, implantada pelo Decreto nº 2.208/97, e do respectivo programa que lhe deu suporte - o PROEP, sobre a ação do CEFET-RN, em particular, e das demais instituições federais de EP, assim como de algumas das alterações dessa reforma promovidas pelo Decreto nº 5.154/2004. Nesse cenário de reforma e contra-reforma um dos elementos centrais é a extinção/volta da oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Assim, buscamos reconstituir como ocorreu/está ocorrendo esse movimento de interrupção/volta dessa oferta na rede federal de educação tecnológica e, particularmente, no CEFET-RN. Ao analisar as repercussões desses fatos concluímos pela necessidade da Instituição desenvolver um amplo processo de Redimensionamento do seu Projeto Político Pedagógico a fim de buscar a construção de uma nova identidade institucional, a qual foi significativamente afetada pela reforma da EP e pelo PROEP.

Palavras chave: educação profissional, projeto político-pedagógico, curso técnico de nível médio, ensino médio, PROEP

ALGUNAS IMPLICACIONES DE LA REFORMA DE LA EP Y DEL PROEP SOBRE EL PROYECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DEL CEFET-RN Y LA (RE)INTEGRACIÓN DE LOS CURSOS TÉCNICOS DE GRADO MEDIO A LA ENSEÑANZA SECUNDARIA

RESUMEN

En este trabajo hacemos un balance de las implicaciones de la reforma de la educación profesional – EP – brasileña sobre la acción del CEFET-RN, en particular, y de las demás instituciones federales de EP, aparte de analizar algunos cambios en dicha reforma a causa del Decreto nº 5.154/2004. Ante ese escenario de reforma y contra-reforma uno de los elementos clave es la extinción/vuelta de los cursos técnicos de grado medio integrados a la enseñanza secundaria. Así que, buscamos reconstituir como ocurrió/está ocurriendo ese movimiento de interrupción/vuelta de esa oferta en la red federal de EP y, particularmente,

¹ Educação profissional

² Programa de expansão da Educação Profissional

en el CEFET-RN. Al final concluimos que es necesario que la Institución lleve a cabo un amplio proceso de reconstrucción de su Proyecto Político-Pedagógico a fin de buscar una nueva identidad institucional, la cual fue significativamente afectada en función de la reforma da EP.

Palabras-clave: educación profesional, proyecto político-pedagógico, curso técnico de grado medio, enseñanza secundaria, PROEP

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA REFORMA DA EP E DO PROEP SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CEFET-RN E A (RE)INTEGRAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS AO ENSINO MÉDIO

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho fazemos um breve balanço das implicações da reforma da EP, implantada pelo Decreto nº 2.208/97, e do respectivo programa que lhe deu suporte - o PROEP³, sobre a ação do CEFET-RN, em particular, e as demais instituições federais de EP em geral, assim como algumas das alterações dessa reforma promovidas pelo Decreto nº 5.154/2004.

Nesse cenário de reforma e contra-reforma um dos elementos centrais é a extinção/volta da oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Assim, buscamos reconstituir como ocorreu/está ocorrendo esse movimento de interrupção/volta da oferta desses cursos na rede federal de educação tecnológica e, mais especificamente, no próprio CEFET-RN.

Ao longo dos últimos anos consolidou-se a imagem, a qual foi potencializada durante o governo FHC, de que o BID só financiaria a reforma da EP através do PROEP se houvesse a separação formal dos currículos do ensino médio e do ensino técnico. Na verdade, as orientações, supostamente oriundas do PROEP/BID, foram mais além, pois, na prática, os projetos apresentados pelos CEFET's ao PROEP com vistas ao financiamento da reforma da EP, sequer podiam explicitar ações relacionadas com o ensino médio, sob pena do próprio projeto ser rechaçado como um todo, sendo que essa decisão era claramente atribuída ao BID pelos que estavam no MEC naquela momento, ano de 1998.

Hoje em dia, surgem elementos que nos permitem fazer um resgate histórico acerca de onde partiu a decisão de separar a EP técnica de nível médio do ensino médio e de só financiar projetos que se alinhassem com essa perspectiva.

Por um lado, já sabíamos desde 1996 que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 – LDBEN, apesar de vários problemas de concepção, não trata dessa separação. Ao contrário, o capítulo III que aborda a EP, em seu artigo 40 menciona:

“Art. 40 A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” (BRASIL, 1996)

Além disso, na seção IV do capítulo II que se refere ao ensino médio, o artigo 36 explicita que

“Art 36. O ensino médio observará o disposto na seção I deste capítulo e as seguintes diretrizes:.....
§ 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá preparar para o exercício de profissões técnicas”

³ Programa de Expansão da Educação Profissional

Evidentemente, nenhum desses dispositivos aponta para a separação curricular entre o ensino técnico de nível médio e o ensino médio. Ao contrário, falam de “articulação” e de que o ensino médio pode “preparar para profissões técnicas”.

Por outro lado, e aí reside a novidade emergente, o atual governo além de ter revogado o Decreto nº 2.208/97, está negociando a renovação do contrato do PROEP com o BID e há indicadores de que pretende direcionar parcelas significativas do novo aporte de recursos ao financiamento da implantação da EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio, nos sistemas estaduais de educação.

A confirmação desse fato nos permitirá concluir que não estava correta a afirmação do anterior governo da nação de que essa separação era uma exigência do BID ou, então, o Banco mudou radicalmente seu entendimento sobre o assunto, algo pouco provável.

Feito esse esclarecimento, cabe destacar que, no período de 1998 a 2004, por força do Decreto nº 2.208/97 editado sob a alegação da necessidade de regulamentar a nova LDBEN⁴ no que se refere à EP, as instituições brasileiras de EP deixaram de proporcionar os cursos técnicos através de currículos integrados com o ensino médio.

Ressaltamos ainda que, anteriormente a 1997, o conteúdo do citado decreto já havia tramitado no Congresso Nacional na forma do PL 1603/96, tendo sofrido grande resistência por parte dos educadores, de forma que foi retirado de pauta logo após a aprovação da LDBEN. Posteriormente, o governo federal percebeu a possibilidade de aprovar o seu conteúdo através de decreto, o que se concretizou através do já mencionado Decreto nº 2.208/97, conhecido como a legislação que implantou a reforma da EP brasileira.

Durante sua vigência esse instrumento legal sofreu grande resistência e críticas provenientes dos mais variados setores, como dos sindicatos de docentes e técnico-administrativos vinculados à EP, da comunidade científica, principalmente dos setores que atuam na esfera da educação e trabalho, dos docentes da rede federal de educação tecnológica e, ainda, de parcela significativa dos dirigentes dessa mesma rede. A união dessas forças, durante o atual governo, se consolidou no sentido de promover mudanças na EP, dentre as quais, a já mencionada revogação do Decreto nº 2.208/97, materializada na edição do Decreto nº 5.154/2004⁵.

Ao analisar as repercussões desses fatos sobre o CEFET-RN concluímos pela necessidade da Instituição desenvolver um amplo processo de Redimensionamento do seu Projeto Político Pedagógico – RPPP a fim de buscar a construção de uma nova identidade institucional, a qual foi significativamente afetada pela reforma da EP e pelo PROEP.

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96

⁵ Esse processo foi relatado e criticado profunda e amplamente no trabalho A GÊNESE DO DECRETO N. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita (FRIGOTTO, 2004).

2. A REFORMA E O PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EP E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO E PARA O CEFET-RN

A reforma da EP do país, promovida pela administração federal, surgiu como parte do grande projeto de privatização do estado brasileiro promovido pelo governo FHC em atendimento à política neoliberal, hegemônica nos países de capitalismo avançado do mundo ocidental. Assim sendo, a LDBEN, minimalista, promulgada em 1996 considera a esfera educacional como um espaço próprio para o avanço da economia de mercado.

Apesar de não compartilhar com essa fúria privatizante que transferiu grande parte do patrimônio público nacional à iniciativa privada a baixos custos, reconhecemos que a reforma da EP e o PROEP são extremamente coerentes com essa lógica, de forma que se os analisamos a partir dessa perspectiva os encontramos muito eficientes.

Existem vários aspectos que demonstram essa “eficiência”. Vamos destacar apenas dois deles. Para tratar do primeiro, mencionaremos vários fatos que se fortalecem mutuamente: a LDBEN que definiu o âmbito educacional como espaço próprio para o desenvolvimento da economia de mercado; o Decreto nº 2.208/97⁶ define três níveis para a EP: básico; técnico; e tecnológico, sendo que as ofertas do último integram a educação superior; essas ofertas do nível tecnológico têm carga horária mínima significativamente menor que as demais carreiras da educação superior; e para não restar nenhuma dúvida de que as ofertas do nível tecnológico pertencem à educação superior, o Conselho Nacional de Educação assim as define claramente.

A combinação desses fatos associada à cultura nacional que supervaloriza socialmente o diploma de estudos em nível superior, embora não se possa estabelecer uma correspondência precisa entre o *status* social supostamente conferido por esses diplomas e a repercussão econômica do mesmo para os seus portadores, fez com que houvesse uma proliferação sem precedentes na expansão da oferta de cursos superiores de tecnologia na iniciativa privada, sem controles muito eficientes sobre a qualidade dos mesmos. Na verdade, segundo a lógica inicialmente apresentada o que realmente importava era o fortalecimento do mercado educacional e isso, efetivamente, aconteceu.

Evidentemente, não podemos colocar no mesmo lugar comum essas ofertas de cursos superiores de tecnologia com as proporcionadas pela maioria dos CEFET's, as quais são concebidas a partir de uma lógica bem distinta da de mercado entre muitos outros aspectos porque são públicas, gratuitas e, em geral, de boa qualidade.

Com relação ao segundo aspecto, trataremos da situação específica do CEFET-RN⁷, a qual também ocorreu com a própria rede, conforme as especificidades de cada Instituição.

⁶ O Decreto nº 5.154/2004 que o revogou e o substituiu, estabeleceu novas denominações para as ofertas da EP, as quais passaram a denominar-se: EP técnica de nível médio; EP tecnológica de graduação e pós-graduação; e formação inicial; e continuada de trabalhadores. Dessa forma, a partir daqui utilizaremos a nomenclatura vigente, embora possamos estar tratando de uma época em que ainda vigiam as anteriores denominações.

⁷ A análise sobre o impacto da reforma da EP e do PROEP sobre o CEFET-RN é de estudo no trabalho MOURA, D. H. **La Autoevaluación como Instrumento de Mejora de Calidad: un Estudio de Caso (El Centro Federal de Educación Tecnológica do Rio Grande do Norte / CEFET - RN / Brasil)**. 2003. 516 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação da Universidade Complutense de Madri. Madri, 2003.

A lógica do PROEP, para a rede federal, foi a de reestruturá-la desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional e, dessa forma, caminhar na direção do aumento da capacidade de autofinanciamento. Assim, o Estado gradativamente se eximiria do seu financiamento. Entretanto, mesmo antes da conclusão dos aportes de recursos do PROEP, os quais seriam necessários à preparação das instituições com vistas ao autofinanciamento através da interação com o entorno, o governo reduziu, significativamente, seus orçamentos anuais, conforme apresentamos na Tabela 1, para o caso do CEFET-RN.

Na Tabela 1 encontramos um pequeno aumento do orçamento total no período 1999 / 2003 quando consideramos a moeda brasileira. Contudo, isso não representa aumento do poder de investimento institucional, uma vez que em dólares norte-americanos, moeda de referência no mercado mundial, a arrecadação diminuiu. Máxime que este aumento em Reais, correspondente ao desembolso com pessoal (próximo de 13% entre 1999 e 2001), era algo esperado e foi residual, pois se deveu à reposição parcial da força de trabalho decorrente de aposentadorias, de pequenos reajustes e de gratificações concedidas a alguns profissionais. Entretanto, quando olhamos para as outras fontes constatamos que a redução foi significativa. Dessa forma, entre 1999 e 2001, os desembolsos com a manutenção do patrimônio institucional foram reduzidos em mais de 24% e os investimentos diminuíram quase 80%, em Reais.

A situação é ainda mais grave quando fazemos os mesmos cálculos na moeda norte-americana⁸, a qual representa o verdadeiro poder de compra do orçamento institucional, já que o Real foi bastante desvalorizado nesse período e, além disso, a inflação foi significativa. A partir desses cálculos encontramos que as perdas orçamentárias com a manutenção institucional alcançaram 38% e com investimentos, chegaram a 83,40%.

⁸ Os valores em R\$ foram convertidos ao dólar norte-americano nas datas de 31/12/1999 (1US\$ = R\$ 1,808), 31/12/2000 (1US\$ = R\$ 1,949), 31/12/2001 (1US\$ = R\$ 2,225), 31/12/02 (1US\$ = R\$ 3,542) e 31/12/03 (1US\$ = R\$ 2,903), respectivamente para os orçamentos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. As taxas de câmbio foram encontradas na *internet*, em 07/05/2004, em <http://www.oanda.com/converter/classic>.

Tabela 1 – Evolução do orçamento anual do CEFET-RN.

Exercício	1999		2000		2001		2002		2003	
	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)
Recursos do tesouro nacional	27.439.946	15.176.961	27.034.147	13.870.778	29.392.354	13.210.046	29.392.354	8.298.236	39.379.748	13.565.190
Recursos diretamente arrecadados	57.588	31.852	56.103	28.785	34.890	15.681	34.890	9.850	30.825	10.618
Recursos de Convênio (fontes públicas e privadas)	650.059	359.546	636.304	326.477	409.043	183.839	409.043	115.483	596.802	205.581
Total	28.147.595	15.568.360	27.726.556	14.226.042	29.836.287	13.409.567	29.836.287	8.423.570	40.007.376	13.781.390
Pessoal	23.127.173	12.791.578	23.711.897	12.166.186	26.460.541	11.892.377	26.460.541	7.470.508	35.731.503	12.308.475
Manutenção	4.219.886	2.334.007	3.453.656	1.772.014	3.212.246	1.443.706	3.212.246	906.901	3.726.128	1.283.543
Investimentos (capital)	800.535	442.774	561.002	287.841	163.500	73.483	163.500	46160	549.745	189.371
Total	28.147.595	15.568.360	27.726.556	14.226.042	29.836.287	13.409.567	29.836.287	115.483	40.007.376	13.781.390

Fonte: elaboração nossa, a partir dos relatórios de gestão do CEFET-RN de 1999 a 2003.

Em síntese, para o CEFET-RN a questão do financiamento público e do aumento da interação com o entorno, no âmbito da reforma da EP e do PROEP, pode ser resumida no seguinte dilema: a manutenção e, inclusive, a tentativa de ampliar a função social do CEFET-RN *versus* a necessidade de buscar estratégias de complementação orçamentária através da interação com o entorno. Nesta esfera, concluímos (MOURA, 2003) que o CEFET-RN e o governo federal estão de acordo em que a Instituição deve ampliar a sua interação com o entorno e a sociedade em geral. Entretanto, para o CEFET-RN essa interação deve estar pautada pela ampliação de sua função social, enquanto para a administração federal o foco deve ser o aumento da capacidade institucional de auto-financiamento⁹.

Depois dessa breve abordagem sobre a “eficiência” da reforma da EP e do PROEP desde o ponto de vista do mercado, passaremos a destacar as implicações mais pedagógicas da reforma da EP e do PROEP sobre as ofertas educacionais do CEFET-RN.

Nesse contexto, o processo de auto-avaliação do CEFET-RN (MOURA, 2003) e reflexões no âmbito da própria gestão e de vários grupos institucionais, levaram à constatação de que a transformação institucional em curso àquela época (2003) era responsável pelo seguinte cenário institucional, em função da reforma da EP, do PROEP e de outros aspectos mais internos à Instituição (MOURA, 2003; CEFET-RN, 2003):

- a) Existia um projeto pedagógico do nível técnico da educação profissional (1999) e outro do ensino médio (2000), separados, e que não estavam sendo plenamente implementados;
- b) Os dois projetos anteriores tinham bases conceituais distintas e não estavam articulados entre si;
- c) Não existia um projeto pedagógico para o nível tecnológico da educação profissional;
- d) As diretrizes institucionais para os cursos do nível básico da EP (CEFET-RN, 1998), não estavam sendo totalmente implementadas e, além disso, não davam conta de toda a amplitude dessas ofertas;
- e) Não existia um projeto pedagógico integrador para a formação de professores (licenciaturas);
- f) Não estavam plenamente articuladas as políticas de pesquisa, extensão e ensino;

⁹ Neste ponto cabe destacar que chegamos a essa conclusão a partir da análise de dados que foram coletados entre outubro e dezembro de 2001, portanto durante o governo FHC.

Além dessas questões gerais, também apreendemos a visão dos docentes, técnico-administrativos, equipe dirigente e alunos do CEFET-RN (MOURA, 2003; CEFET-RN, 2003) no que diz respeito a outros aspectos específicos de cada uma das ofertas educacionais do CEFET-RN, dentre os quais destacamos:

No ensino médio

- a) O ensino médio propedêutico e sem articulação com a EP não é coerente com a função social do CEFET-RN;
- b) Por outro lado, o CEFET-RN não pode se eximir de sua responsabilidade com a sociedade do Estado e deixar de oferecer esse nível de ensino;
- c) A infra-estrutura física e de recursos humanos da Instituição não é suficiente para ampliar a oferta de modo a torná-la significativa frente a matriz educacional do Estado;
- d) Está havendo uma certa “elitização” dos grupos destinatários via processo seletivo para ingresso nesta oferta (cerca de 41% dos alunos que ingressaram em 2003 estudaram em escolas públicas na maior parte do ensino fundamental, quando este percentual já foi de cerca 75% em 1998 e 1999).

Na EP técnica de nível médio

- a) A separação entre os currículos do ensino médio/ensino técnico, estabelecida pelo Decreto nº 2.208/97, e a prática institucional que não conseguiu articular as duas ofertas resultaram em prejuízos à qualidade dos cursos técnicos de nível médio;
- b) Os jovens egressos do ensino fundamental passaram a buscar a Instituição apenas com o objetivo prioritário de cursar o ensino médio, inclusive, porque o CEFET-RN deixou de oferecer vagas na modalidade concomitante;
- c) Os cursos técnicos de nível médio deixaram de ser atrativos para os jovens egressos do ensino médio, pois esses preferem submeter-se ao vestibular para a graduação tecnológica;
- d) O curso técnico de nível médio passou a ser atrativo para os adultos/adultos jovens que já concluíram o ensino médio a algum tempo, mas não têm uma formação profissional. Apesar disso, o CEFET-RN não conseguiu conectar-se plenamente com suas expectativas e necessidades, de forma que são elevados os índices de reprovação e evasão (incompatibilidade de horários, necessidade da oferta de estudos compensatórios, falta de capacitação docente para trabalhar com educação de adultos, falta de flexibilidade na operacionalização dos itinerários dos cursos, entre outros aspectos);
- e) Não existe clareza sobre as diferenças entre os perfis desejados para o técnico e o tecnólogo, gerando uma certa superposição entre as duas ofertas;

f) Além disso, os fundamentos do novo currículo por vezes incompreendidos e criticados (por competências e módulos) não alcançaram a prática docente. Dessa forma, grande parte dos profissionais não compreendeu a mudança de aquisição de conteúdos para desenvolvimento de competências e de disciplina para módulo e, em consequência, de avaliação de conteúdo para avaliação por competência;

g) Em alguns casos, há dissonância entre o perfil traçado para os profissionais e as necessidades da sociedade e do mundo do trabalho.

Na EP tecnológica de graduação

a) Elevada demanda combinada com altas taxas de evasão;

b) Rápida expansão sem avaliação e estudos prospectivos adequados (prevalece, em alguns casos, a luta pela sobrevivência dos grupos/professores/Instituição no lugar das necessidades da sociedade e do mundo do trabalho);

c) Imagem não consolidada na sociedade em geral, no mundo do trabalho e internamente;

d) Não existe clareza sobre as diferenças entre os perfis desejados para o técnico e o tecnólogo, gerando uma certa superposição entre as duas ofertas;

e) Responsável por uma nova onda de elitização do CEFET-RN, resultando, entre outros aspectos, no elevado índice de duplicidade de matrícula com outras instituições públicas de educação superior;

f) Em alguns casos, há dissonância entre o perfil traçado para os profissionais e as necessidades do mundo do trabalho e da sociedade.

Formação inicial e continuada de trabalhadores

a) As ofertas ainda não foram incorporadas à cultura institucional como parte de sua função social, ou seja, continuam sendo consideradas como algo à parte;

b) Os cursos geralmente surgem por iniciativa individual ou de pequenos grupos, no lugar de estarem vinculados a uma área de formação profissional e, em consequência, a uma gerência educacional;

c) Os cursos costumam ser de duração muito curta e não são estruturados como parte de uma formação/qualificação mais ampla do trabalhador;

d) Em geral, as ofertas privilegiam competências puramente instrumentais para o trabalho, esquecendo o fortalecimento da educação básica e a formação cidadã;

e) Ainda não existe clareza sobre a amplitude e o significado desses cursos. Forjou-se uma certa imagem de que essas ofertas são destinadas, quase

exclusivamente, a indivíduos com baixa escolaridade. Na verdade, esses coletivos se constituem em importantes grupos destinatários, mas não são os únicos;

f) As ofertas oferecidas via convênio SINE-RN/FUNCERN/CEFET-RN padecem dos mesmos problemas anteriores, além de que:

i. São concebidos dentro do SINE-RN, que privilegia a quantidade de profissionais “formados” em detrimento da qualidade da formação e, em consequência, se agrava com a questão da baixa carga horária dos cursos;

ii. As instituições parceiras do SINE-RN disputam no sentido de oferecer a maior quantidade possível de cursos e, conseqüentemente, aceder a uma maior fatia do financiamento do FAT. Isso gera várias distorções, como: o barateamento das ações que implica em perda de qualidade das mesmas; o deslocamento do centro da definição sobre que instituição vai ministrar cada curso da esfera da competência técnica para a das relações entre organizações/entidades e pessoas; a proliferação de novas instituições de EP estruturadas com o fim de aceder aos recursos do FAT, mas que não têm formadores e gestores qualificados nesse campo educacional; a falta de um sistema eficiente que avalie a capacidade de (re)inserção no mundo do trabalho proporcionada pelas distintas ofertas; entre outras.

Na Formação de professores

a) Insuficiência do quadro de pessoal docente;

b) Inexistência de um projeto pedagógico que defina a política institucional para esta oferta educacional e que articule os distintos cursos;

c) Deficiência na infra-estrutura física, principalmente nos laboratórios;

d) Dificuldades para a operacionalização dos estágios curriculares.

Como síntese do cenário caracterizado concluímos (MOURA, 2003) que a Instituição estava perdendo sua imagem como excelente escola formadora de profissionais técnicos de nível médio, principalmente, em função da separação ensino técnico/ensino médio estabelecida pelo Decreto nº 2.208/97.

Além disso, também concluímos que o pensamento institucional apontava (e continua apontando) na direção de consolidar-se como um centro de referência em EP com perfil e atribuições bem mais amplos, ou seja, o CEFET-RN busca o reconhecimento da sociedade como uma Instituição que além do ensino técnico atua na educação superior através dos cursos superiores de tecnologia; na formação inicial e continuada de trabalhadores; na formação de professores; na pesquisa aplicada; e na extensão.

Apesar desse “desejo” institucional revelado por todos os segmentos internos, os próprios informantes (MOURA, 2003) reconheceram que essa nova identidade não estava sendo criada e que, portanto, a sociedade ainda não percebera as mudanças que o CEFET-RN estava atravessando. Além disso, constatamos algo mais preocupante: parte da própria

equipe de direção do Centro, naquele momento, ainda não havia percebido a profundidade e as implicações das mudanças que já estavam em pleno curso.

Ainda com relação a essa questão apreendemos que também contribuíram para consolidar esse cenário, a redução do financiamento público imposto pela administração federal; as dificuldades internas da própria administração do Centro; e a inadequação do perfil de parte do pessoal docente e técnico-administrativo frente às demandas da nova realidade institucional.

Diante desse quadro, concluímos (MOURA, 2003) ser necessário redimensionar/reconstruir o projeto político-pedagógico institucional, para que esse passasse a integrar todas as ofertas formativas em um conjunto sistêmico, consistente, coerente e intencionado de atividades acadêmicas, voltadas, indissociavelmente, para as atividades de ensino, a pesquisa e relações comunitárias e empresariais, que deveriam ocorrer em um ambiente de constante interação com a sociedade em geral e o mundo do trabalho em particular.

3. O REDIMENSIONAMENTO DO PPP DO CEFET-RN

Evidentemente, não é tarefa fácil redimensionar o PPP de uma Instituição complexa como o CEFET-RN. Nesse sentido, ainda em 2003, a direção geral constituiu um grupo de trabalho que teve 120 dias para “desenvolver ações que contribuam para o redimensionamento do projeto pedagógico do CEFET-RN”. Uma vez constituído, os integrantes desse grupo concluímos que:

- a) Um trabalho dessa natureza só tem possibilidade de êxito caso haja uma ampla participação de todos os segmentos que integram a Organização, posto que isso gera comprometimento com os resultados alcançados e envolvimento nas ações decorrentes;
- b) O prazo de 120 dias não é suficiente para o RPPP numa perspectiva de participação coletiva.

Em função dessa reflexão, os integrantes do GT optamos pela seguinte estratégia de ação durante os 120 dias já mencionados:

- a) Desenvolver estudos com vistas a estabelecer, preliminarmente, os princípios e concepções básicas que devem / podem nortear o projeto;
- b) Desenvolver estudos com vistas a elaborar uma proposta pedagógica preliminar que atenda a esses pressupostos;
- c) Realizar discussões com a equipe pedagógica e todas as gerências educacionais a respeito desses princípios, concepções e proposta com o objetivo de coletar subsídios que visem alterá-los, aperfeiçoá-los ou reconstruí-los;

- d) Sistematizar essas contribuições;
- e) Propor estratégias que visem à continuidade dos trabalhos e a incorporação dessas contribuições a fim de alterar, aperfeiçoar ou reconstruir as propostas iniciais.

O trabalho desenvolvido resultou no documento intitulado “Redimensionamento do projeto pedagógico do CEFET-RN: ponto de partida” (CEFET-RN, 2003), constituído por oito seções: na primeira, apresentamos o cenário que levou à necessidade de redimensionar o projeto político-pedagógico institucional e a estratégia de ação para o desenvolvimento do trabalho; na segunda, realizamos uma breve discussão sobre as relações entre sociedade, estado, tecnologia, trabalho, cultura e educação como fundamento para a construção dos conceitos e princípios básicos da proposta pedagógica em (re)construção; na terceira, quarta e quinta partes tratamos das concepções de ser humano, de educação e de currículo; na sexta, discorremos sobre as diretrizes que devem orientar a ação do CEFET-RN; na sétima seção tratamos de uma proposta para a nova identidade institucional; por fim, na oitava parte desse documento, apresentamos a bibliografia que orientou a sua elaboração.

Esse documento, concluído em dezembro de 2003, serviu de base para todo o trabalho desenvolvido em 2004, quando foi constituído um novo grupo de trabalho, com o objetivo de dar continuidade ao processo. Nesse grupo elaboramos um plano de ação (Tabela 2) para continuar o redimensionamento do projeto político-pedagógico do CEFET-RN, ou simplesmente, RPPP.

Nesse grupo, assumimos a construção coletiva como princípio básico de trabalho, conforme sugerido anteriormente pelos que elaboramos o “Redimensionamento do projeto pedagógico do CEFET-RN: ponto de partida”.

Além do “ponto de partida” e de outros textos, utilizamos como referência os últimos projetos pedagógicos institucionais (CEFET-RN, 1995; 1999; e 2000)¹⁰, uma vez que embora a árdua tarefa do RPPP implique em enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza o seu processo pedagógico como na sua gestão, isso não pode ser feito sem considerar as experiências e o conhecimento produzido anteriormente. Ao contrário, um dos pressupostos básicos deve ser o resgate das experiências significativas construídas em organizações curriculares anteriores. Não considerá-las, portanto, seria uma negação à própria história e ao conhecimento produzido pela Instituição.

Dessa forma, entendemos que a apropriação de outras experiências curriculares é um facilitador para construir e fazer emergir um novo PPP que ajude a promover um novo significado de uma Escola que possa contribuir na formação de um aluno-trabalhador-cidadão, intelectualmente autônomo, participativo, solidário, crítico e que exija uma (re)inserção digna na sociedade e no mundo do trabalho.

¹⁰ Também contamos com a colaboração dos professores Gaudêncio Frigotto (UFF e UERJ) e Lucília Machado (UFMG e UNA) no ano de 2004 e já, em 2005, com as professoras Marise Ramos (CEFET-Química e FIOCRUZ) e Márcia Gurgel (UFRN).

Também assumimos como pressuposto básico e fundamental do plano de ação, além da construção coletiva e do resgate e diálogo com os projetos anteriores, a necessidade de vincular o processo de RPPP à realização de ciclos de estudos, debates, mesas redondas, palestras, seminários e outras atividades correlatas acerca da problemática atual onde está inserido o CEFET - RN e suas perspectivas de futuro, tendo em vista a formação continuada da equipe dirigente, dos docentes e do pessoal técnico-administrativo.

Para isso, estruturamos o plano a partir de quatro grandes blocos temáticos, partindo de aspectos mais gerais na esfera das relações entre sociedade, cultura, tecnologia, trabalho, educação e ser humano; a responsabilidade social e o papel da educação em geral e da EP em particular nessas relações; a função social do CEFET-RN e o papel de seus profissionais, para chegar no currículo e, em consequência, na nova identidade institucional assumida pelo CEFET-RN, conforme mostrado nas Tabelas 2 e 3.

Ao olhar essas Tabelas detectamos que as ações apresentadas na Tabela 3 (ações realizadas) representam grande parte daquelas planejadas – Tabela 2, entretanto não correspondem a sua totalidade. Os dois primeiros blocos temáticos foram cumpridos integralmente conforme planejado, o que não ocorreu com o terceiro. Isso se deu por várias razões, dentre as quais uma tem extrema relevância.

Trata-se da edição do Decreto nº 5.154/2004 que viabilizou a volta da oferta dos cursos técnicos de nível médio integrados no país. Na verdade, toda a fundamentação do RPPP do CEFET-RN aponta, desde seu primeiro momento para a necessidade de “reintegrar” os cursos técnicos ao ensino médio (CEFET-RN, 1999; CEFET-RN, 2003; MOURA, 2003, entre outros), entretanto não havia amparo legal para tal.

Diante desse contexto, em 2004, estávamos trabalhando na perspectiva de avançar nas discussões referentes às outras ofertas educacionais (permanência do ensino médio propedêutico articulado com os cursos técnicos; cursos técnicos subseqüentes; graduação tecnológica; pós-graduação tecnológica; e formação de professores para o ensino médio e/ou para a EP), enquanto esperávamos o desenrolar das discussões relativas à edição de uma norma que autorizasse a volta do técnico integrado.

Quando o mencionado Decreto nº 5.154/2004 entrou em vigor, a opção institucional foi de não perder a oportunidade política de reestruturar a sua oferta de EP técnica de nível médio integrada, de modo que passamos a concentrar todos os esforços nessa direção.

Tabela 2 – Resumo das atividades do plano de ação do RPPP/CEFET-RN de 2004.

Ciclos de debates, palestras e seminários orientados à formação continuada de dirigentes, docentes e técnico-administrativos.	Aprofundamento/ melhoria do documento: Redimensionamento do projeto pedagógico do CEFET-RN: ponto de partida	Cronograma previsto / 2004
<p align="center">1^o Bloco temático</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Políticas educacionais: as relações entre cultura, educação, sociedade, tecnologia, estado, trabalho e responsabilidade social ➤ O papel da educação nessas relações 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre sociedade, estado, tecnologia, trabalho, cultura e educação • Concepção de ser humano • Concepção de educação 	Abril/ maio
<p align="center">2^o Bloco temático</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O papel da Educação Profissional ➤ A função do CEFET-RN na sociedade. Possibilidades e limitações: <ul style="list-style-type: none"> ○ A identidade institucional: ensino médio; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação; formação inicial e continuada de trabalhadores; formação de professores; pós-graduação ○ Financiamento, responsabilidade/função social e as relações com o entorno e a sociedade em geral ○ As necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, em particular, e seus reflexos sobre as matrizes curriculares ○ O papel dos profissionais da educação no CEFET –RN, a ética e suas necessidades de profissionalização. ○ Integração e articulação ensino/ pesquisa e relações comunitárias e empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes para a ação do CEFET –RN: • Função social <i>versus</i> oferta educacional • Características e objetivos • Integração entre ensino, pesquisa e extensão • Concepção de competência • Concepção de avaliação 	Maio/ julho
<p align="center">3^o Bloco temático</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O currículo: correntes científicas (do currículo como instrumento de reprodução social ao currículo voltado para a transformação da sociedade) 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de currículo norteadores: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; currículo voltado para o desenvolvimento de competências; interdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade; e empreendedorismo. • A nova identidade institucional: modelo pedagógico e (re)construção das matrizes curriculares 	Julho/ Setembro
Conclusão do RPPP do CEFET-RN		Out./2004

Tabela 3 – Resumo das atividades do RPPP/CEFET-RN realizadas em 2004.

Ciclos de debates, palestras e seminários orientados à formação continuada de dirigentes, docentes e técnico-administrativos	Aprofundamento/ melhoria do documento: Redimensionamento do projeto pedagógico do CEFET-RN: ponto de partida	Cronograma realizado/ 2004
<p align="center">1º Bloco temático</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Políticas educacionais: as relações entre cultura, educação, sociedade, tecnologia, estado, trabalho e responsabilidade social ➤ O papel da educação nessas relações 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre sociedade, estado, tecnologia, trabalho, cultura e educação • Concepção de ser humano • Concepção de educação 	Abril/ maio
<p align="center">2º Bloco temático</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O papel da Educação Profissional ➤ A função do CEFET-RN na sociedade. Possibilidades e limitações: <ul style="list-style-type: none"> ○ A identidade institucional: ensino médio; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação; formação inicial e continuada de trabalhadores; formação de professores; pós-graduação ○ Financiamento, responsabilidade/função social e as relações com o entorno e a sociedade em geral ○ As necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, em particular, e seus reflexos sobre as matrizes curriculares ○ O papel dos profissionais da educação no CEFET –RN, a ética e suas necessidades de profissionalização. ○ Integração e articulação ensino/ pesquisa e relações comunitárias e empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes para a ação do CEFET –RN: • Função social <i>versus</i> oferta educacional • Características e objetivos • Integração entre ensino, pesquisa e extensão • Concepção de competência • Concepção de avaliação 	Maio/ julho
<p align="center">3º Bloco temático</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O currículo: correntes científicas (do currículo como instrumento de reprodução social ao currículo voltado para a transformação da sociedade) 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de currículo norteadores: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; currículo voltado para o desenvolvimento de competências; interdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade; e empreendedorismo. • A nova identidade institucional: (re)construção das matrizes curriculares da educação profissional técnica de nível médio integrada 	Agosto/ dezembro
Conclusão do RPPP do CEFET-RN no que se refere à oferta de educação profissional técnica de nível médio integrada	Dezembro /2004	

Diante desses fatos, no que concerne à temática 3 da Tabela 2, re-planejamos a elaboração dos novos planos de cursos das outras ofertas institucionais para o ano de 2005. Nesse sentido, ressaltamos que em 2005 esses trabalhos não foram reiniciados, mas que estão sendo continuados, posto que os estudos, análises e discussões relativos às temáticas 1 e 2, mostrados na Tabela 2, englobam todas as ofertas educacionais da Instituição e, como já dissemos, foram cumpridas integralmente, conforme evidenciado na Tabela 3.

4. ALGUNS PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DA EP TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO CASO GERAL E, EM PARTICULAR, NOS CURSOS OFERECIDOS PELO CEFET-RN

Os cursos da EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio oferecidos pelo CEFET-RN estão estruturados a partir dos princípios, fundamentos, concepções, diretrizes, objetivos, características e decisões institucionais constantes no documento “Projeto político-pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção” (http://www.cefetrn.br/academico/projeto_pedagogico/Projeto_pedagogico.pdf. Acesso em 21/04/2005). A partir desse documento resumimos algumas das características fundamentais dessa “nova” oferta.

Finalidades da EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio

Uma das grandes vantagens dos cursos técnicos integrados e que se constitui em uma de suas finalidades mais importantes é a capacidade que têm de proporcionar educação básica sólida integrada com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando, o que lhe permite a continuidade de estudos e/ou inserção no mundo do trabalho, independentemente de sua origem sócio-econômica. Em síntese, essa oferta está orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente, os da classe trabalhadora.

Essa opção pela formação integral também visa à superação da dualidade histórica presente na educação brasileira entre teoria e prática e cultura geral *versus* cultura técnica. Essa dualidade não é fruto do acaso, mas sim da separação entre a educação proporcionada aos filhos das classes média e alta e aquela permitida aos filhos dos trabalhadores.

Para os primeiros se oferece uma educação de caráter mais “refinado” e, portanto, voltada para as ciências e as artes, quase sempre em escolas privadas de alto custo mensal, inacessíveis aos filhos da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que não há linearidade entre as escolas privadas, pois existem as de “primeira marca” para aquelas famílias de “renda de primeira”, as de segunda para as famílias de “renda de segunda”, etc. até o limite inferior do rendimento das famílias, abaixo do qual não é mais possível que o mercado educativo ofereça nenhum “produto” por não haver possibilidade de retorno seguro (lucratividade). A partir desse limite os filhos dessas famílias (a classe operária brasileira) vão para a escola pública.

Não podemos deixar de destacar que a educação proporcionada em grande parte da rede privada, mesmo em algumas daquelas escolas de “primeira linha”, padece de um problema crucial. Acontece que ao funcionarem desde a lógica de mercado estão focadas na “satisfação do cliente”, o que, nesse caso específico, geralmente se manifesta pela aprovação no vestibular. Dessa forma, as escolas, principalmente no ensino médio, estruturam seus currículos de forma a conseguir que o maior número possível de estudantes sejam aprovados nos vestibulares das instituições de educação superior que gozem de melhor reconhecimento perante a sociedade, paradoxalmente, as boas universidades públicas e gratuitas.

Esse tipo de oferta educacional prejudica intensamente a formação do estudante, já que esse passa a resumir sua expectativa de vida na aprovação no vestibular e não avança na perspectiva de sua formação integral. Isso caracteriza uma verdadeira inversão de prioridades educacionais.

Ao comparar o tipo de formação defendida neste trabalho e aquela proporcionada pela rede privada constatamos que de um lado, a formação integral está dirigida pela prática social, que o estudante vivencia enquanto se forma e pela preparação para a vida, o que supõe preparar-se para a participação política, social, cultural e para o mundo do trabalho, o que também inclui a continuidade de estudos. Por outro lado, a formação de parcela significativa das escolas privadas, em geral, substitui a parte (continuidade de estudos) pelo todo (a formação integral), ou dito de outra forma, assume a meta obsessiva de aprovar seus alunos no vestibular em função da necessidade imperiosa do mercado e da “qualidade total” de satisfazer as necessidades dos clientes – os próprios alunos e suas famílias.

No caso dos filhos da classe operária, a escola pública em geral, embora tente reproduzir o modelo das privadas, não consegue oferecer essa educação “científica”, impedindo, na prática, que seus egressos continuem os estudos na educação superior. Dessa forma, lhes resta, quando muito, a formação profissional de caráter meramente instrumental para um posto de trabalho em uma escola patronal ou privada, essas últimas, não poucas vezes, de qualidade duvidosa, inclusive, para os limites restritos aos quais se propõem.

Outra possibilidade desses coletivos é a tentativa de ingresso em um CEFET, Escola Técnica ou Escola Agrotécnica Federal¹¹, entretanto, isso não é fácil já que são instituições cuja concorrência para acesso é muito elevada uma vez que a quantidade de vagas que podem ofertar é muito menor do que a demanda. Para ilustrar melhor essa afirmação apresentamos a distribuição das matrículas na EP técnica de nível médio brasileira, em 2004.

Tabela 4 – Esferas de atuação e matrícula nas instituições que oferecem cursos técnicos de nível médio no Brasil, em 2004.

Oferta	N ^o de	% de	Matrícula	% de
--------	-------------------	------	-----------	------

¹¹ É importante esclarecer que em alguns estados como em São Paulo a rede Paula Souza atua fortemente na educação tecnológica. Na mesma direção o estado do Paraná também está ampliando de forma significativa a oferta de EP. Não obstante, essa não é a realidade brasileira.

		instituições	instituições		matrícula
Pública	Estadual	553	19,83	165.266	28,04
	Municipal	115	4,12	19.648	3,33
	Federal	138	4,94	79.484	13,49
Privada		1.983	71,10	324.985	55,14
Total		2.789	100	589.383	100

Fonte: elaboração nossa a partir do Censo Escolar 2004

Nessa perspectiva, a volta dos cursos técnicos integrados na rede federal pode representar uma senda aberta na direção de universalizar e tornar unitária a formação básica do cidadão, independentemente de sua origem sócio-econômica, desde que, gradativamente a experiência possa ir sendo replicada nas escolas públicas dos sistemas educacionais dos estados a partir das necessárias adequações às suas realidades específicas. Entretanto, isso só será possível caso haja avanços significativos no financiamento público da educação.

Princípios da EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio

A partir das finalidades dos cursos técnicos integrados, o CEFET-RN assume alguns princípios básicos que devem orientá-los. Um deles é assumir a compreensão do homem como ser histórico-social, portanto, capaz de transformar a realidade, ou seja, um ser que

busca a autonomia, a auto-realização e a emancipação através de sua participação responsável e crítica nas esferas sócio-econômico-políticas. Isto consiste em perceber o homem como um ser capaz de colocar-se diante da realidade histórica para, entre outros aspectos, reagir à coerção da sociedade, questionar as pretensões de validade e de normas sociais, construir uma unidade de interesses e descobrir novas estratégias de atuação solidária (CEFET-RN, 1999:47).

Outro princípio fundamental é a assunção do trabalho como princípio educativo o que permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das Artes. Assim sendo,

Ter o trabalho como princípio educativo implica referir-se a uma formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana, em que a produção do conhecimento científico é uma dimensão. Por exemplo, a eletricidade como força natural abstrata existia mesmo antes de suas apropriação como força produtiva, mas não operava na história. Enquanto era uma hipótese para a ciência natural, era um “nada” histórico até que passa a se constituir como conhecimento que impulsiona a produção da existência humana sobre bases materiais e sociais concretas (RAMOS, inédito).

A pesquisa como princípio educativo é outro pressuposto básico, pois contribui para a construção da autonomia intelectual do educando. Assim sendo, a pesquisa deve ser intrínseca ao ensino e estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões práticas do dia-a-dia do meio em que vive o estudante, ou seja, sua família, sua rua, seu bairro, sua cidade, a própria escola, as empresas, as associações comunitárias ou outras organizações da sociedade que constituem o entorno do educando e da Instituição. Nesse sentido, assumimos que a pesquisa, enquanto princípio educativo (DEMO, 2000), deve estar presente em todas as ofertas, independentemente, do nível educacional e da faixa etária dos alunos, pois se localiza, de forma precípua, no campo das atitudes e dos valores. Evidentemente, a forma de abordagem deverá ser adequada a cada nível educacional, através de estratégias, métodos e objetivos próprios de cada oferta e do amadurecimento intelectual de cada grupo de estudantes.

No que se refere às atitudes, a pesquisa deve provocar o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, deve gerar inquietude para que ele não incorpore “pacotes fechados” de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam eles do senso comum (saber cotidiano), escolares ou científicos, mas que, ao invés disso, esteja sempre motivado para buscar a reconstrução, a construção e desconstrução desses saberes e das relações sociais. É precisamente esse tipo de atitude, quando despertada nas idades mais tenras, que contribui para que nas faixas etárias e níveis educacionais mais avançados o estudante possa formular questões de investigação no campo mais formal, quer seja na sua forma aplicada - o foco principal do CEFET-RN, ou na denominada pesquisa de base ou acadêmica.

Na esfera dos valores, assumimos que a pesquisa aplicada e o desenvolvimento tecnológico devem estar voltados para a produção de bens e serviços que tenham a capacidade de melhorar as condições de vida dos coletivos sociais e não apenas de produzir bens de consumo para fortalecer o mercado e, em conseqüência, privilegiar o valor de troca em detrimento do valor de uso, concentrando riqueza e aumentando o fosso entre os incluídos e os excluídos (MOURA, 2004). Ao contrário, é, precisamente, o valor de uso que deve ser prioritário, pois é aí que está a capacidade de estender os benefícios da geração do conhecimentos e de produtos à sociedade em geral e, particularmente, aos coletivos que integram as camadas mais desfavorecidas desde o ponto de vista sócio-econômico.

Evidentemente, a pesquisa também pode e deve estar orientada a aspectos mais acadêmicos das ciências da natureza, sociais ou aplicadas, mas sempre tendo em consideração a que interesses correspondem e a quem pode beneficiar os possíveis resultados alcançados. Entretanto, é bem mais fácil evoluir nessa perspectiva quando a atitude investigadora já foi mobilizada anteriormente, conforme destacado nos parágrafos anteriores.

Diante do exposto, a unidade ensino/pesquisa colabora para edificar a autonomia dos indivíduos porque é através do desenvolvimento das capacidades de aprender a aprender, a ser e a conviver potencializadas pela investigação, pela inquietude e pela responsabilidade social que o estudante, na perspectiva de Paulo Freire, deixa de ser um “depósito” de conhecimentos produzidos por uns (especialistas) e transmitidos por outros

(geralmente os professores) e passa a construir, desconstruir e reconstruir suas próprias convicções a respeito da ciência, da tecnologia, do mundo e da própria vida.

Outro princípio básico é a compreensão de que a realidade concreta é uma totalidade, síntese das múltiplas relações (RAMOS, inédito). Isso significa que a realidade é um todo dialético e estruturado, produzido por um conjunto de fatos que se inter-relacionam e que podem ser compreendidos, mas não predeterminados ou previstos. Nesse sentido, o currículo integrado deve preocupar-se e ocupar-se de possibilitar que os estudantes desenvolvam a capacidade de compreender o conhecimento globalmente.

Mais um princípio fundamental dos cursos técnicos integrados oferecidos pelo CEFET-RN é a interdisciplinaridade, a qual não é entendida como uma justaposição de conhecimentos de diferentes componentes curriculares, mas sim, como uma atitude no desenvolvimento da ação pedagógica ou da abordagem aplicada das ciências, implicando em estabelecer articulações e interações que sejam pertinentes e adequadas à construção do conhecimento de cada uma das disciplinas particulares envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Assim, a interdisciplinaridade repousa sobre uma atitude aberta, de respeito mútuo e de humildade. Para desenvolver uma postura verdadeiramente interdisciplinar é necessário assumir, *a priori*, os não saberes e as limitações individuais na própria disciplina em que se é especialista, mas também e fundamentalmente, acerca das outras disciplinas objeto da ação interdisciplinar que pretende realizar, evitando assim qualquer arrogância ou prepotência. Portanto, a interdisciplinaridade não pode ser entendida como a fusão de conteúdos ou de metodologias, mas sim como interface de conhecimentos parciais específicos que têm, por objetivo, um conhecer mais global.

Dessa forma, a interdisciplinaridade não supõe o fim das disciplinas, mas sim a articulação e o reforço mútuo entre elas em prol de um processo de construção do conhecimento mais global. Dessa forma, esse princípio interage fortemente com o princípio da compreensão de que a realidade concreta é uma totalidade e síntese das múltiplas relações entre as partes, de modo que os dois se fortalecem mutuamente.

Organização curricular da EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio

O currículo da EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio deve ser organizado de modo a contribuir para que sejam atendidas as finalidades e princípios anteriormente discutidas. Igualmente, deve estar de acordo com a legislação vigente.

Dessa forma, a fim de garantir a sólida educação geral, a habilitação profissional e a compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e a articulação entre esse, o restante da sociedade e o ambiente escolar, os cursos técnicos integrados do CEFET-RN estão organizados através de uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, distribuídas em quatro séries anuais, em quatro núcleos:

- a) Um núcleo comum, que integra disciplinas das três áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias);
- b) Uma parte diversificada, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos;
- c) Formação profissional, que integra disciplinas específicas de cada curso;
- d) Prática profissional.

Como forma de contribuir para uma aprendizagem mais significativa as disciplinas que integram o núcleo comum, a parte diversificada, e a formação profissional estão distribuídas ao longo das quatro séries, proporcionando uma maior integração teoria-prática. Além disso, essas disciplinas estão articuladas através de um eixo integrador que corresponde a área profissional onde está inserido cada curso. Também contribui para a integração o fato de que os alunos estão imersos em um ambiente de formação profissional tanto da própria área como de outras áreas profissionais, em função de todo o fazer institucional.

Em seguida, apresentamos na Figura 1 uma representação gráfica da articulação entre os quatro núcleos anteriormente caracterizados, na qual também destacamos a carga horária associada a cada um deles.



Figura 1 – Carga horária total máxima dos cursos técnicos de nível médio integrados oferecidos pelo CEFET-RN

Diante de todo o exposto nesta seção o CEFET-RN orienta sua ação na EP técnica de nível médio integrada ao ensino médio para que os egressos construam o seguinte perfil:

- Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber e em sua área de formação profissional específica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vamos concentrar o fechamento do trabalho em duas perspectivas. A primeira trata da urgente necessidade de rever as diretrizes curriculares para a EP técnica de nível médio, principalmente na forma integrada ao ensino médio, tendo em vista que o espírito da Resolução nº 04/99 é frontalmente contra à essência do Decreto nº 5.154/2004, uma vez que a primeira surgiu para regulamentar o nível técnico da EP quando este não podia ser oferecido de forma integrada ao ensino médio e o último veio à tona, precisa e essencialmente, para promover a integração entre a EP técnica de nível médio e o ensino médio, de forma que são radicalmente (no sentido de ir à raiz do significado de um e de outro) opostos.

A segunda perspectiva refere-se ao fato de que as idéias aqui expostas, principalmente, as relativas à volta da integração entre a EP técnica de nível médio e o ensino médio no CEFET-RN são fruto de um amplo processo de construção coletiva realizado naquela Instituição (e que continua em curso).

Reafirmamos que o processo foi vinculado à lógica da formação continuada de professores, técnico-administrativos e equipe de direção e executado através de estudos, debates, seminários e palestras que contaram com mediadores internos e consultores externos.

Assim sendo, precisamente por seu caráter de construção coletiva, é um processo ainda não acabado e que continua sendo discutido à medida que é implementado, de forma que evidentemente não temos nenhuma pretensão de ter apresentado uma visão definitiva e fechada sobre essa questão.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Institui as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Brasília, DF: 17 de abril de 1997.

BRASIL. Resolução nº 04/CEB, de 04/12/1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 02/07/2003.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Proposta curricular da ETFRN**. Natal: revista da ETFRN, 1995.

_____. **Projeto do PROEP / CEFET-RN**. Natal: CEFET-RN, 1998.

_____. **Projeto de reestruturação curricular**. Natal: CEFET-RN, 1999.

_____. **Proposta curricular para o ensino médio**. Natal: CEFET-RN, 2001.

_____. **Redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN:**

Ponto de partida. Natal: CEFET-RN, 2003.

_____. **Projeto político-pedagógico do CEFET-RN:** um documento em construção (versão preliminar disponível em http://www.cefetrn.br/academico/projeto_pedagogico/Projeto_pedagogico.pdf, acesso em 21/04/2005). Natal: CEFET-RN, 2005.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 4 Ed.. Campinas: Autores associados, 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. **A GÊNESE DO DECRETO N. 5.154/2004:** um debate no contexto controverso da democracia restrita. Inédito.

MOURA, D. H. **La Autoevaluación como Instrumento de Mejora de Calidad: un Estudio de Caso (El Centro Federal de Educación Tecnológica do Rio Grande do Norte / CEFET - RN / Brasil)**. 2003. 516 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação da Universidade Complutense de Madri. Madri, 2003.

_____. **Sociedade, educação, tecnologia e os usos das TIC nos processos educativos**. In: *Trabalhonecessário*. Revista Eletrônica do neddate. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/>. Acesso em 30/10/2004, 2004.

RAMOS, M. N. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. Inédito. Livro em processo de organização por FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; e RAMOS, M. N., a ser publicado pela Editora Cortez, em 2005.